



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 18 de abril de 2013

AMAZONAS EM TEMPO Falta de pagamento faz operários pararem fábrica da HBuster, em Manaus.....	1
ECONOMIA VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Contrato para o BRT pode ser formalizado neste mês	2
ECONOMIA VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas lidera saldo do emprego na região norte.....	3
ECONOMIA VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Relatório do Senado garante vantagem no ICMS para indústria do Amazonas	4
ECONOMIA VEICULAÇÃO LOCAL	
MASKATE BANCADA REÚNE PARA DISCUTIR ZFM.....	6
POLITICA VEICULAÇÃO NACIONAL	
MASKATE RF FATURA CRÉDITO TRIBUTÁRIO	7
POLITICA VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Quatro anos e quatro empresas: é o reflexo do Polo de Moda do Amazonas.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA SUFRAMA SUFRAMA divulga, na Itália, a Feira Internacional da Amazônia (FIAM)	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BLOG DA FLORESTA Audiência Pública discutirá a construção do Pólo Naval.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BLOG DA FLORESTA Chico Preto propõe troca de ICMS por antenas de telefonia no interior	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO DA AMAZÔNIA Empresários têm até amanhã para enviar sugestões sobre ICMS	12
ECONOMIA VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA ECONOMIA	
	TÍTULO Falta de pagamento faz operários pararem fábrica da HBuster, em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Revoltados com o atraso de quase um mês nos salários, 1,2 mil operários paralisaram nesta quarta-feira (17) as três linhas industriais da fábrica HBuster, em Manaus.

Além de piquetes armados na frente da indústria, que produz na capital TVs de LED e equipamentos de som/DVD automotivos, os grevistas ainda se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM), Zona Sul de Manaus, para definir medidas judiciais contra a empresa.

Segundo o presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, a diretoria da HBuster explicou que uma dívida com o Banco Safra, acima de R\$ 1 bilhão e o bloqueio de R\$ 275 milhões pela Justiça por causa de uma dívida com fornecedores são os motivos para o atraso no depósito dos salários da unidade fabril de Manaus.

Santana explicou que a empresa operou nesta quarta (17) com capacidade reduzida, apenas 300 funcionários na ativa e outros 900 em licença remunerada.

“Cada atraso de salário é um desespero para as pessoas, que pagam aluguel, escola dos filhos e alimentação. O salário ficou de ser pago dia 27”, afirmou.

No fim da reunião, ficou acordado que o Sindmetal vai mover uma ação coletiva no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). “Quem quiser participar da ação, deve entregar os documentos até terça (27), no Sindicato dos Metalúrgicos. Mas quem quiser manter o emprego, deve se apresentar na empresa dia 27”, afirmou Valdemir.

*Colaborou Carlos Eduardo Matos

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA ECONOMIA	
	TÍTULO Contrato para o BRT pode ser formalizado neste mês		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O contrato para início das obras do Bus Rapid Transport (BRT) em Manaus deve ser assinado ainda este mês.

O anúncio foi feito pelo prefeito Arthur Virgílio Neto, na manhã desta quarta-feira (17), durante sua reunião semanal com secretários de áreas técnicas da administração municipal, no Palácio Rio Branco, Centro, Zona Sul.


Segundo Neto, a implantação do BRT tem R\$ 323 milhões disponíveis pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade Urbana, uma vez que o projeto deixou de ser contemplado pelo PAC da Copa.

A primeira fase envolve 19 quilômetros de pista, implantação de terminais de passageiros e paradas, além das desapropriações necessárias.

Outro assunto tratado na reunião foi a conferência de meio ambiente, em junho, onde serão abordados quatro eixos

temáticos como a Produção e Consumo Sustentável, a Redução dos Impactos Ambientais, a Geração de Emprego e Renda e o Custeio do Manejo dos Resíduos Sólidos. Para cada eixo, será formado um grupo de trabalho para elaboração de propostas.

Ao realizar a conferência municipal, a Prefeitura de Manaus atende à diretriz do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de realização de eventos que tenham como objetivo atender as diretrizes de redução da geração de resíduos sólidos, combate à poluição causada por resíduos doméstico, industrial, da construção civil, eletroeletrônico, lâmpadas de vapores mercuriais, hospitalar, radioativo, entre outros.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA ECONOMIA	
	TÍTULO <u>Amazonas</u> lidera saldo do emprego na região norte		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Caged mostra que primeiro trimestre de 2013 superou o fraco desempenho do ano passado

Manaus - O **Amazonas** fechou o primeiro trimestre de 2013 com um saldo de 2.416 empregos, a diferença entre os postos de trabalho abertos e as demissões no período, o melhor resultado da região norte.

O balanço apresentado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado, nesta quarta-feira, mostra uma evolução frente igual intervalo do ano passado, quando o Estado havia registrado um saldo negativo de menos 1,3 mil vagas geradas.

Segundo o levantamento do **Ministério** do Trabalho e Emprego (MTE), o **Amazonas** admitiu 53,6 mil pessoas, de janeiro a março de 2013, uma evolução de 5,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Ainda neste intervalo, as demissões atingiram 51,2 mil trabalhadores celetistas, representando uma retração de 1,5% nos desligamentos.

Com esses números, o **Amazonas** foi destaque **regional**, sendo o melhor resultado do saldo para os Estados do Norte, a frente do Pará, que detém hoje o maior contingente de empregos gerados. Enquanto o saldo do Estado vizinho foi de 910 postos no trimestre, o **Amazonas** ultrapassou 2,4 mil.

Para o **Superintendente regional** do Trabalho, Dermilson Chagas, apesar do saldo de empregos positivos, o resultado alcançado está aquém das expectativas iniciais para o período. “Ainda há muita desconfiança do empresário e isso freia a contratação. O distrito ainda não começou a contratar e a construção civil por causa das chuvas”, explicou Chagas.

Somente em março de 2013, o setor de serviços liderou, com um saldo de 761. A indústria da transformação deu uma retomada e foi responsável por um saldo positivo de 591 empregos no terceiro mês do ano. O destaque negativo ficou para a construção civil, que fechou março com um saldo de menos 181 empregos.

Mercado formal tem melhor março da série


No País, o **mercado** formal de trabalho gerou em março 112,4 mil vagas, um crescimento de 0,28% em relação ao mês anterior. Os dados Caged apontam que este foi o melhor resultado dos últimos três anos para o mês e o melhor março na série histórica do cadastro.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, os dados mostram uma continuidade do processo de reação do **mercado** de trabalho brasileiro.

“Tivemos expansão de 2,83% no número de empregos celetistas do País nos últimos 12 meses, o que equivale a geração de mais de 1 milhão de vagas nos vários setores da economia”, afirmou.

O ministro comemorou o crescimento do emprego nos vários setores, com destaque para o setor de serviços, que gerou no mês 61.349 mil vagas. Segundo o Caged, no primeiro trimestre de 2013 houve um acréscimo de 306 mil novos postos de trabalho.

No Brasil, os destaques ficaram para os setores de serviços, indústria, e da construção civil.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA ECONOMIA
	TÍTULO Relatório do Senado garante vantagem no <u>ICMS</u> para indústria do <u>Amazonas</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e recebeu pedidos de vistas.

Manaus - O relator do projeto de resolução que trata da unificação do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) manteve o percentual de 12% de redução na alíquota para o **Amazonas**. A decisão assegura, até o momento, as vantagens comparativas da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)** para a indústria.

Em parecer apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem, Delcídio Amaral (PT/MS), relator da comissão formada para discutir o projeto, deu parecer favorável à alíquota diferenciada de 7%, para produtos industrializados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e de 4% para Sul e Sudeste, modificando a proposta original de alíquota única do texto enviado pela presidente Dilma Rousseff.

Apesar da alteração, o anúncio foi recebido com satisfação pela bancada do **Amazonas** no Senado Federal.

Para o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), a aprovação do projeto do jeito que está não resolve o problema da guerra fiscal.

“Nós defendemos a unificação dos 4% porque, se é para mantermos a diferenciação das alíquotas em 4% e 7%, significa manter a porta aberta para a guerra fiscal”, disse.

O relatório também foi criticado pelo secretário de Estado de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, para quem a guerra fiscal vai permanecer.

Após o pedido de vista coletiva, a votação do projeto foi adiada para semana que vem e de lá segue para avaliação nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de **Desenvolvimento Regional** (CDR).

Alterações

Para o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), a adoção da alíquota diferenciada facilitará a aprovação da matéria em votação.

O parlamentar defende ainda outras três alterações no projeto: que a convalidação dos incentivos já concedidos seja realizada por meio de projeto de lei complementar e não via

decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), passível, de acordo com ele, de questionamento jurídico.

Outra proposta é que os fundos de compensação e de **desenvolvimento regional**, criados pela Medida Provisória (MP) 599/2012 para equilibrar a mudança do **ICMS**, tenham caráter constitucional.

Por último, defende o aumento da previsão de recursos orçamentários no fundo de **desenvolvimento**, que, pela MP, está em 25%.

No relatório apresentado na reunião desta terça-feira, Amaral deu parecer parcialmente favorável a outra alteração sugerida pelo senador Romero Jucá (PMDN/RR). O parlamentar propôs a diferenciação de 12% também para Áreas de Livre **Comércio** nos estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amapá.

Na avaliação de Delcídio Amaral, a excepcionalidade da **ZFM** não pode ser estendida a outras regiões. Entretanto, no caso de **comércio** de produtos produzidos no **PIM** com cidades dentro destas zonas livres, a tributação deve seguir a regra geral, chegando a 4% em cinco anos.

Para o presidente do Centro da Indústria do Estado do **Amazonas** (Cieam), Wilson Périco, a medida não acarretará em perda de competitividade da **ZFM** nem de receitas fiscais. Mas pode abrir um precedente perigoso para futuras ações.

“Isso é visto com bons olhos no sentido de que o grande volume de **mercadorias** vai para o e para Sul e Sudeste, assim, na questão de arrecadação, o equilíbrio econômico está garantido. Mas é uma questão política e não técnica, então daqui alguns meses outros Estados podem alegar que estão com dificuldades e pedir o mesmo enquadramento”, afirmou.

A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** foi procurada para comentar o assunto, mas não enviou resposta até o fechamento desta edição.

Secretário de SP critica fim da unificação

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, afirmou nesta terça-feira à Agência Estado que “é desastroso o fim da proposta de alíquota única” de 12% para 4% do **ICMS** para os governos estaduais. “A

guerra fiscal será mantida com a nova proposta de **ICMS** com alíquotas de 7% e 4%”, disse.

Nos cálculos de Calabi, o **Governo Federal** deverá gastar R\$ 8 bilhões por ano com ressarcimento de perdas de **ICMS** aos governos dos Estados mais prejudicados com a nova proposta de alíquotas de 7% e 4%, o que representará R\$ 160 bilhões em duas décadas. Além disso, haverá o dispêndio anual de R\$ 12 bilhões com fundos de **desenvolvimento regional**, com despesas federais de R\$ 240 bilhões no mesmo período.

“Portanto, o Governo Federal está para gastar R\$ 400 bilhões sem resolver a guerra fiscal”, apontou.

De acordo com ele, São Paulo deverá perder R\$ 3,5 bilhões por mês com a nova proposta e o governo não tem poder de veto.

“Esse é o desastre. Há uma ruptura do eixo de constituição da Federação brasileira com a autorização da quebra da unanimidade das votações do Confaz”, afirmou. “Ou seja, algum subconjunto de Estados seria capaz, em tese, de comandar os recursos de São Paulo”, apontou.

O secretário afirmou que a proposta de alíquota dupla de **ICMS** interessa aos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste. “Eles entendem, erroneamente, que o **ICMS** é um instrumento de **desenvolvimento regional**, quando é um instrumento de arrecadação de recursos dos Estados”, disse.

	VEÍCULO MASKATE	EDITORIA POLITICA	
	TÍTULO BANCADA REÚNE PARA DISCUTIR <u>ZFM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, participou da primeira reunião da Comissão Especial que analisa a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em Brasília. Nessa Presente à reunião como palestrante o Superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira saiu satisfeito do encontro.

Para ele foi mais uma oportunidade de divulgar positivamente o modelo que ultrapassa o lado econômico, possibilitando um maior **desenvolvimento** sócio-ambiental para a região e para o Brasil.

“Considero positivo e acredito na importância que terão as próximas reuniões que serão realizadas nos diversos Estados da Região Norte”, complementou o **Superintendente**. Thomaz confirmou que o próximo encontro da comissão deverá ser no próximo dia 26, em Boa Vista, Roraima.

Propostas apresentadas

Os membros da comissão especial que analisa a prorrogação da **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, iniciaram a semana com muito trabalho. Nessa terça-feira, na primeira reunião, presidida pelo vice-presidente Francisco Praciano (PT-AM) a comissão analisou três propostas de prorrogação: a do deputado Silas Câmara (PSD-AM) que prorroga os incentivos por prazo indeterminado, a do Executivo, promessa da presidente Dilma, que prevê a prorrogação por mais 50 anos e a do Senado que leva os benefícios até 2029.

Participaram da reunião como debatedores o **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, Thomaz Afonso Queiroz Nogueira; o secretário adjunto de Política Econômica do **Ministério** da Fazenda, Pablo Fonseca Pereira dos Santos; o diretor do Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia, da Secretaria do **Desenvolvimento** da **Produção** do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Alexandre Moura Cabral; e o assessor Econômico da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**, Gilmar de Oliveira Freitas, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Reuniões em toda a região

No início da reunião se fizeram presentes, os seguintes deputados Plínio Valério (PSDB-AM), Silas Câmara (PSD-AM), Carlos Souza (PSD-AM), Fernando Nicolau (PSD-AM), o relator da comissão, Átila Lins (PSD-AM) e Francisco Praciano (PT-AM).

Devido a uma pequena dor de ouvido, o deputado Praciano, na condição de vice- presidente abriu os trabalhos e teve que se retirar da sala da reunião por alguns minutos. Segundo Praciano a Proposta do Executivo, em prorrogar a **Zona Franca** por mais 50 anos deverá ser a aprovada em plenário. Para isso, tantos membros da comissão, como da bancada do **Amazonas** vão se reunir com os pares em diversos lugares.

“Vamos nos reunir com os companheiros em Porto Velho (RO), em Boa Vista (RR) e em Macapá (AP) para explicar os benefícios que a **ZFM** proporciona para a região como um todo e também para o Brasil”, afirmou.

Conjunto de emendas

O petista disse ainda que todo o trabalho da comissão ficará em cima do conjunto de emendas que sejam contrárias à prorrogação. Além disso, segundo ele a bancada vai conversar com todas as lideranças da Casa para pedir o apoio durante a votação no plenário. “Lá será nosso maior desafio, no entanto estamos confiantes, afinal a proposta dos 50 anos é do Executivo e a presidente Dilma deve ter o controle sobre a base aliada”, expressou Praciano.

A presença de um número grande de parlamentares da Região Norte pode ser um fator complicador para a aprovação da proposta da prorrogação no seio da comissão. Esta é a opinião do deputado Henrique Oliveira (PR-AM) que acredita que todos os outros Estados também vão querer algum tipo de benefício que sejam parecidos com os da **Zona Franca**. “Mesmo na área de abrangência da **Suframa**, os outros entes da Federação vão solicitar projetos que venham até a prejudicar a **ZFM**.”

As negociações vão acontecer e nós vamos ter que encarar isso de frente e com maturidade”, afirmou.

	VEÍCULO MASKATE	EDITORIA POLITICA	
	TÍTULO RF FATURA CRÉDITO TRIBUTÁRIO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus realizou oito fiscalizações aduaneiras que resultaram no lançamento de R\$ 807,7 milhões em créditos tributários. As fiscalizações aconteceram no primeiro trimestre do ano, sendo quatro em Manaus, duas em Roraima e outras duas em Rondônia.

Uma das fiscalizações, no valor de R\$ 773,2 milhões apurou o descumprimento do Processo Produtivo Básico (**PPB**) por uma empresa do Polo do Industrial de Manaus (**PIM**).

O **PPB** é requisito indispensável para que a empresa usufrua dos incentivos relativos ao Imposto de **Importação**, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), dentro da **Zona Franca** de Manaus. A Receita Federal preferiu não informar o nome da empresa.


Roraima e Rondônia

Atuando também fora do Amazonas, a fiscalização da Alfândega do Porto de Manaus aplicou autos de infrações e

propostas de inaptdão do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) em empresas que dos estados de Roraima e Rondônia, resultando em R\$ 25,2 milhões.

O crédito tributário é a quantia devida a título de tributo, sendo o objeto da obrigação jurídica tributária.

Já o lançamento é o ato administrativo que torna certa a cobrança do crédito tributário, que consubstancia o crédito tributário e declara formalmente quem é o contribuinte e quanto ele deve à Fazenda Pública. Os créditos tributários não representam recursos em caixa imediatamente, já que as empresas atuadas ainda podem recorrer das auditorias e revisões feitas pela Receita Federal do Brasil, questionando os procedimentos adotados. Somente em 2012, as operações de fiscalização da Receita Federal, em todo o Brasil, tiveram recorde de créditos tributários de R\$ 115,8 bilhões – alta de 5,6% sobre 2011.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Quatro anos e quatro empresas: é o reflexo do Polo de Moda do <u>Amazonas</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com mais de 70% da estrutura vazia e não gerar emprego em larga escala, empresários projetam melhorias para o futuro.

MANAUS – O Polo de Moda do **Amazonas** chega a seu quarto ano no **mercado** com apenas quatro empresas em funcionamento. Apesar de estar com mais de 70% da estrutura vazia e não gerar emprego e renda em escala produtiva, os pequenos empresários resistem e projetam melhorias para o futuro. O polo foi idealizado para ser um potencial conjunto de pequenas fábricas e empreendimentos dentro do Programa de Incubadoras da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (Fieam)**.

O estilista e designer de moda Oziel Pacheco e o costureiro Oziel Costa comemoram o desempenho da Trama Collections após três anos de incubação no Polo de Moda do **Amazonas**. A marca é uma das quatro “sobreviventes” do projeto que surgiu em 2009 com o objetivo de fortalecer empreendedores no ramo comercial do vestuário. Atuante no mundo da moda desde os 16 anos, Costa iniciou sua carreira como menor aprendiz do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Hoje, aos 29 anos, coleciona viagens e prêmios conquistados. “Fomos conferir as novidades em tendências no São Paulo Fashion Week em março deste ano. Lá, pudemos reciclar idéias e adquirir novos conhecimentos”, comemora.

Com o gasto médio mensal de R\$ 1,5 mil, a dupla consegue administrar a incubadora ainda dentro da filosofia de ateliê que trabalha com peças sob medida. “O próximo passo é abrirmos uma loja, mas o ateliê não vai deixar de existir”, garante o costureiro.

De acordo com o empresário, estar no Polo de Moda tem aberto portas e ampliado a cartela de clientes. “Nossa melhor propaganda é o ‘boca a boca’ e com a estrutura que temos aqui, podemos abraçar mais projetos”, explica e acrescenta que, nos casos de pedidos maiores, contratam profissionais temporários.

Apoio do Sebrae-AM

A jornalista e estilista Cris Batista também integra o projeto do Polo de Moda do **Amazonas** através da Agência

de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (Sebrae/AM), no entanto o seu ateliê não está localizado no complexo da Alvorada. Desde 2007 no **mercado** com a marca Santa Cris, ela dedica à agência o crescimento de sua empresa. “O investimento deles na profissionalização do setor é alta”, destaca.

Em 2012, Batista esteve no São Paulo Fashion Week e expôs a coleção Grafite (com peças personalizadas assinadas por artistas amazonenses). O resultado da exposição foi o registro de uma de suas peças no livro de tendências de Nova York. “As pessoas vêm para a **Amazônia** e falam da fauna e da flora. Se eu puder levar para outros lugares a moda daqui, já estou recompensada”, comemora.


Mais sobre o Polo de Moda

A ferramenta foi criada em 28 de maio de 2009 através de uma parceria da **Fieam** (Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas**) com o Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas e Chapéus, Material de Segurança e Proteção do Estado do **Amazonas** (SINDCONF).

O espaço conta com locação para dez empresas incubadas residentes e sete não-residentes. As organizações associadas produzem confecção de moda feminina, infantil, íntima, praia e acessórios para atender as necessidades dos lojistas locais e de outros Estados.

O processo de incubação é de três anos, sendo que as empresas associadas recebem capacitação técnica e empresarial; auxílio administrativo, de comunicação, marketing e design; e colaboração na criação das coleções.

Atualmente, apenas quatro empresas funcionam no Polo. São elas: Pérolas da **Amazônia**, Tramas, Moda Flores **Amazônia** e Maira Cruz. O Polo está localizado na rua Vivaldo Lima, nº 405 – Alvorada I e funciona de segunda a sexta, das 9h às 17h, e aos sábados de 9h às 12h.

	VEÍCULO ASSESSORIA SUFRAMA	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA divulga, na Itália, a Feira Internacional da <u>Amazônia</u> (FIAM)		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Texto: Enock Nascimento

A **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** vai participar da 77ª Mostra Internazionale Dell'Artigianato (77ª Feira Internacional de Artesanato), que será realizada de 20 a 28 de abril, em Florença, Itália. A intenção, além de divulgar as vantagens competitivas do modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)** e atrair investimentos para o Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, é aproveitar a visibilidade do evento para promover a sétima edição da Feira Internacional da **Amazônia (Fiam)**.


Produtos como cosméticos e bijoias (bijuterias ecológicas e artesanais) confeccionados a partir da palha, madeira certificada e sementes da região estarão expostos num estande de 48 metros quadrados com produtos das empresas Etnia **Amazônia**, Rita Prossi, Saboarana e Agrorisa. A delegação do **Amazonas** também deve contar com as presenças de representantes da Secretária de Estado de Planejamento (Seplan), e da Empresa Estadual de Turismo (**Amazonastur**), por meio do Projeto Artesanato Sustentável, que irão promover ações voltadas ao artesanato local e à captação de turistas para o Estado.

“A Feira Internacional de Artesanato não é apenas uma exibição de mais de 700 expositores, mas também uma mostra cultural que atravessa a história de Florença e da Toscana. É a qualidade dos expositores e dos eventos paralelos, além das reuniões de trabalho e workshops que fazem desse evento uma escolha inigualável para artesãos e visitantes, ambos consumidores finais, e profissionais como arquitetos, designers de interiores, compradores e representantes de galerias especializadas”, explica o coordenador-geral de Promoção Comercial da **SUFRAMA**, Jorge Vasques, que representará a autarquia no evento.

Além da estrutura e cenografia do estande, a **SUFRAMA** disponibiliza intérpretes para ajudar os produtores nas tarefas de divulgação do potencial criativo do artesanato amazônico e firmar parcerias empresariais nas rodadas de negócios, que acontecem paralelamente à exposição. “Nas edições anteriores, negócios de pequena monta de **exportação** de cosméticos, bijoias, açaí e guaraná foram concretizados. A intenção é que nessa edição eles possam ser ampliados e que novos acordos sejam assinados”, detalha Vasques, ressaltando que uma das principais metas será a divulgação da VII FIAM, que será realizada em **Manaus**, em 27 a 30 de novembro. A própria participação na Mostra já dá uma ideia aos visitantes do que pode ser encontrado na FIAM.

Vasques destaca que a Itália é um país com o qual a **SUFRAMA** tem parceria em constante fortalecimento ao longo dos anos, marcada tanto pela participação de técnicos em missões empresariais àquele país, quanto pela visita de delegações italiana à região amazônica, com o apoio da Autarquia.

A participação da **Superintendência** em feiras e eventos nacionais e internacionais é uma das ações de promoção comercial da autarquia e tem como objetivo divulgar as potencialidades e atrair investimento para a **Amazônia** Ocidental (Acre, **Amazonas**, Roraima, Rondônia e as Áreas de Livre **Comércio** de Macapá e Santana, no estado do Amapá).

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Audiência Pública discutirá a construção do Pólo Naval		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Comissão de Vigilância Permanente da Amazônia e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Manaus (COMVIPAMA) vai realizar a Audiência Pública que vai debater na sexta (19), a construção de um polo naval nas intermediações da capital.


Entre os convidados para a discussão estão representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan), do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), da Assembleia Legislativa do **Amazonas** (Aleam), as Indústrias de Polo Naval e comunidades que vão ser afetadas com a construção.

“No que se trata com a questão do polo naval nós temos várias comunidades que vão ser beneficiadas e precisávamos regulamentar isso para organizarmos a inscrição das entidades que vão participar e definir o regulamento

para termos início e final da audiência pública que vai acontecer na sexta-feira”, explicou Everaldo Farias.

Para Marcos Brito, assessor de Habitação da Cáritas Arquidiocesana de **Manaus**, entidade ligada a Igreja Católica, o debate vai ser fundamental para que as 19 comunidades mostrem que a construção do polo vai desestruturar suas famílias.

“Essas comunidades estão buscando mais informação, porque ao chegar a proposta da construção do Polo Naval à cidade ninguém estava sabendo. Tem família lá que está na quarta ou quinta geração e repentinamente disseram que elas devem sair do local para a instalação de um polo que construirá navios. Então a audiência será **importante** para que nossos comunitários possam fazer questionamentos e informar-se melhor”, explicou Marcos Brito.

	VEÍCULO BLOG DA FLORESTA	EDITORIA	
	TÍTULO Chico Preto propõe troca de <u>ICMS</u> por antenas de telefonia no interior		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PSD/AM) encaminhou na quarta-feira, 17, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado (ALEAM), indicação ao Governo do Estado sugerindo a adoção de medidas de fomento para viabilizar a troca de ICMS pela instalação de infraestrutura - antenas de telefonia e estações rádio-base) em comunidades do interior.

A iniciativa de Chico Preto está baseada no Edital de Chamamento Público recentemente adotado pelo Governo do Espírito Santo, que convocou as operadoras interessadas a participar da implantação de redes de telefonia móvel e transmissão de dados em comunidades rurais daquele estado.

“O nosso objetivo é agilizar a instalação de infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico e social do Estado como, por exemplo, antenas e estações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal, inicialmente, em 10 localidades”, explica.

Como exemplo das comunidades que podem ser beneficiadas pelo plano piloto Chico Preto cita Cabury, Mocambo, Vila Amazonas e Zé Açú, em Parintins; Matupi, em Manicoré; Copatana, em Jutai; Betânia, em Santo Antônio do Içá; e Belém do Solimões, em Tabatinga.

Segundo ele, confirmada a sua eficiência, o modelo poderá ser adotado em outros municípios para ampliar a oferta dos serviços à população, que passará a ter acesso a Serviço Móvel Pessoal (SMP), com tecnologia mínima GSM-EDGE e 3G.

Chico Preto lembra, ainda, que a telefonia móvel potencializa as atividades econômicas e facilita a integração dos produtores rurais e trabalhadores que moram nos pontos mais distantes do estado com a capital e o resto do país e o mundo.



VEÍCULO
CORREIO DA **AMAZÔNIA**

EDITORIA
ECONOMIA

TÍTULO
Empresários têm até amanhã para enviar sugestões sobre ICMS

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O prazo para empresários do setor de atacado e varejo enviarem à Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) sugestões para que o benefício garantido pela Lei nº 2.826/03 - Lei da Cesta Básica - seja repassado ao consumidor final, termina amanhã, quinta-feira (18).

A legislação reduz de 17% para 1% o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) de 13 produtos da cesta básica.

No entanto, às vésperas do prazo final, nenhum documento oficial do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Amazonas chegou à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC/ALEAM), que está responsável por receber o material e encaminhá-lo para a Comissão Especial da Casa, criada para tratar do ICMS da cesta básica.

Segundo o deputado estadual Marcos Rotta (PMDB), que é presidente da CDC/ALEAM e membro da Comissão Especial, os empresários até amanhã (18) para encaminhar à ALEAM um formato que garanta o repasse dos benefícios

fiscais à parte final, que é o consumidor. “De posse desse material, a Comissão Especial, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), deverá chegar a um ponto comum, que garanta a eficácia da lei”, afirmou o parlamentar.

O líder do PMDB na Casa afirmou ainda que, nesta sexta-feira (19), será realizada uma segunda reunião com o propósito de se criar uma equipe técnica, a qual deverá concluir o estudo a ser enviado ao governador Omar Aziz. “Assim que chegarmos a um ponto de equilíbrio, a proposta formulada com mecanismos de fiscalização e garantias de que esse benefício chegará, de fato, ao consumidor final será apresentada ao governador”, explicou Rotta, ao acrescentar que o governador quer garantias de que essa renúncia fiscal do Estado, cerca de R\$ 100 milhões por ano, beneficie o consumidor final.